

Associação Brasileira de Antropologia
Prêmio Claude Lévi-Strauss - Modalidade B

Candidata: Isis Karinae Suárez Pereira
Orientadora: Dra. Flávia Maria Silva Rieth
Universidade Federal de Pelotas
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Antropologia e Arqueologia
Antropologia Social e Cultural

“Yo naci nuna frontera donde se juntan dos pueblos”: Uma (auto)etnografia situada
entre o Brasil e o Uruguai

Link para o CV Lattes da candidata: <http://lattes.cnpq.br/3248545653315471>

Link para CV Lattes da orientadora: <http://lattes.cnpq.br/6927792597690091>

Introdução

Os convido para mergulharem em tramas *fronteiriças*¹, para vivenciarem um pouco do que é estar nos limites de uma nação. Os relatos contados são resultado de longas conversas e de um grande entrevero de verdades. Arquitetei a escrita inúmeras vezes, com o intuito de apresentar a fronteira da maneira mais fidedigna possível, no entanto assim como “*ceci n’est pas une pipe*”², a fronteira que descrevo não é a fronteira, mas sim a representação desta.

O entrevero ao qual me refiro, não é à comida típica da região sul, mas algo que pode ser exemplificado como. Recolhi relatos em todas as minhas idas à fronteira logo após ter percebido que aquele seria o espaço que incitaria minha capacidade antropológica. Viver na fronteira transforma o legal e ilegal, o que para a legislação nacional é ilegal, para os *fronteiriços* pode não ser. Isso não faz da fronteira uma terra sem leis, mas os limites entre o legal e o ilegal são outros. Destarte, os nomes dos interlocutores foram trocados, as famílias misturadas, os endereços inventados e as histórias invertidas. Neste momento, foi decidido me colocar em jogo, para embaralhar ainda mais tantas realidades, me coloquei nas histórias, usei a minha experiência como *fronteiriça* para retratar a fronteira. Para realizar a etnografia do que nos é familiar não é necessário fazer uso da autobiografia, este foi um recurso escolhido, para uma autorreflexão permitindo um entendimento mais amplo da cultura estudada por não termos que transpor fronteiras linguísticas e culturais (STRATHERN, 2004, 2013).

A autobiografia e o anonimato constituem o gênero ficcional, o qual utilizo como recurso de escrita. Não são histórias e nem personagens inventados, são histórias misturadas e personagens com outros nomes. O gênero ficcional não desqualifica as tramas *fronteiriças*, foi um modo de prospectar realidades periféricas³, na tentativa de colocá-las num pensamento crítico. Strathern (2013) propõem a autoantropologia levantando questões pertinentes para a antropologia pós-moderna, trazendo as formas literárias de reprodução etnográfica como uma forma política de expressão. Para poder compreender o que constitui a escrita, a representação feita pelo antropólogo e o propósito da etnografia. Escritas consideradas fora dos padrões podem tornar-se na antropologia pós-moderna uma forma de luta (LOTIERZO & HIRANO, 2013).

Teoria e etnografia dialogam para compor a pesquisa e sendo usada em conjunto torna-se possível transformações na antropologia. Do exótico trouxemos a etnografia para casa, apesar das críticas de antropólogos de gerações anteriores. Malinowski falando do trabalho de Hsiao-TungFei relata que autoantropologia deve ser um trabalho árduo, mas de

¹ Termo êmico

² Obra surrealista do pintor René Magritte (1929).

³ Em relação aos Estados Nações.

muito valor para o próprio pesquisador (STRATHERN, 2004). Já que ao estudar nossas próprias sociedades devemos prestar atenção em vários tipos de micro-eventos (PEIRANO, 2009).

É uma pesquisa qualitativa, com vasto material etnográfico, teve seu início em 2014 nas cidades de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai). Um panorama e inúmeras dúvidas, uma comunidade urbana, com o comércio bem presente, o mundo rural estampado pelas ruas das cidades, um idioma peculiar, famílias tanto brasileiras quanto uruguaias, e documentos sendo propositalmente carregados e usados. A partir disso o estudo de identidade se tornou o modo de compreensão daquele lugar. São as famílias, as pessoas, os estados-nação, a fronteira e os documentos que conduzem a pesquisa.

No momento da escrita, percebi como era difícil contar tantas histórias e como ainda há muita coisa para se contar, como se tudo acabasse de se iniciar. As inquietações antigas continuam, e novas surgiram. Os documentos apareceram no decorrer da etnografia e deposito neles a responsabilidade de serem o fio condutor da continuação da pesquisa⁴.

Através da observação do cotidiano dos *fronteiriços*, de como é vivida a fronteira, o Estado e a Nação, tornar possível analisar estas entidades. Nesta pesquisa etnografo alguns sujeitos *fronteiriços*, explicitando a sua relação com o Estado e a nação, retratando a fronteira como ela é para os *fronteiriços* e compreendendo “que o particular pode elucidar processos mais abrangentes” (SCHNEIDER, 2013, p.23).

Com os aportes de Geertz (2008), a etnografia como uma descrição densa apresenta a comunidade em questão, levei em consideração não apenas as falas mas também os gestos, as inquietações e os silêncios (GINZBURG, 1989). O processo de trabalho de campo se desenvolveu nas seguintes etapas: estranhamento, inserção no ambiente familiar, familiarização através da observação e do ato de ouvir, finalizando com a escrita, momento de análise crítico dos dados obtidos (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996), parafraseando Clifford Geertz (2008) “que faz o etnógrafo? Escreve”.

Tracei uma rede de contatos para selecionar os interlocutores. Inicialmente o perfil procurado eram famílias com membros de identidades brasileiras e uruguaias, as quais transitassem entre os dois países. As entrevistas foram o modo inicial de conseguir dados dos interlocutores, alguns convites foram feitos por telefone e outros pessoalmente, apresentando-me como pesquisadora, e um rápido apanhado da pesquisa, indagava-os a participar, perguntando se poderíamos marcar um dia para conversar. Muitos convites foram negados,

⁴ A pesquisa continua sendo desenvolvida por mim no programa de pós-graduação em Antropologia da UFPel, atualmente problematizando a relação dos cidadãos com os Estados.

com a justificativa da falta de tempo ou por afirmarem não poder colaborar muito com a pesquisa. Torna-se um desafio para o pesquisador interessar às famílias em participar em estudos que se intrometem nas suas vidas (BOTH, 1976).

Foi elaborado o esboço de um roteiro de questionário, mostrei-os aos interlocutores, perguntei se queriam retirar ou propor alguma outra coisa. O questionário era composto por três partes, a primeira sobre os dados de identificação (nome, idade, país onde reside, etc.), a segunda indagava sobre a história de vida (com o objetivo de identificar a relação do entrevistado e da família com ambos os países), e a terceira parte a respeito da vida na fronteira: trânsitos e deslocamentos (cotidianos nas cidades, uso de políticas públicas, emprego, etc.).

Logo após conversar acerca de quem eu era, inicialmente querendo me apresentar como pesquisadora, estudante de antropologia da Universidade Federal de Pelotas, mas observei que era um dado irrelevante para os interlocutores. Desse modo passei a indicar onde morava, de quem era filha, qual era o meu sobrenome, o emprego dos meus pais, e a falar da minha parentela ascendente. Com esses dados sempre chegávamos a algo ou alguém que tanto eu quanto o interlocutor conhecíamos, demarcando certa afinidade, permitindo conforto ao falar comigo.

O interesse, na maioria das vezes, não era na pesquisa, nem em obter resultados relevantes, mas em me ajudar por eu ser filha, neta, sobrinha, prima de “fulano”. Não posso negar que me senti desconfortável em perceber isso, com certo receio em continuar a pesquisa tendo demarcado esse contato com os interlocutores. Mas querendo continuar a pesquisa na região não haveria como não terminar me interligando à minha família. O problema maior era não ser percebida como uma pesquisadora. Eu não conseguia afirmar a minha identidade de pesquisadora junto àquelas pessoas, a identidade *fronteiriça* sempre foi a que mais foi vista.

Não ignorei jamais o perfil que os interlocutores fizeram de mim, o aceitei, e percebi como sendo ele que me permitiu o acesso a certos lugares, a obtenção de alguns dados, a confiança dos interlocutores, o conforto e a continuidade da pesquisa. Raramente demarcava-se uma desigualdade entre pesquisadora e pesquisados, não reconhecendo em mim um poder, seja ele real ou simbólico, nem havendo assim uma pressão exercida para a obtenção de dados (GINZBURG, 1989). Segundo a reapropriação do conceito de polifonia de Clifford Geertz (1968 e 2002) e Marcus (1986 e 1991) por Strathern (2013), as diversas vozes dos interlocutores e as minhas (como antropóloga e como *fronteiriça*) se misturam tendo todas a mesma importância (LOTIERZO & HIRANO, 2013).

No final da primeira entrevista relatei como havia planejado a continuação da pesquisa, demonstrei meu interesse em voltar às suas casas, colocando que sempre avisaria antes de ir, e que eles poderiam desistir da pesquisa a qualquer momento. Expus a discricão profissional a qual tratei os materiais dos encontros, sendo eles: anotações, áudios e imagens. Em consenso com os interlocutores decidimos preservar o anonimato, como modo de proteção, e que perguntaria sempre se o material coletado poderia ou não ser publicado.

Os relatos que transcrevi me foram contados pelos meus interlocutores, fiz uso de gravadores e de anotações no diário de campo. Esforcei-me para manter os relatos o mais fiel possível ao que eles me contaram. A narrativa não é minha, é dos interlocutores, por esse motivo utilizo conceitos êmicos, já que sua tradução acarretaria na perda de significado.

O viver na fronteira une as pessoas, as famílias e as nações

As cidades são desenhadas por marcos de pedras que estão lá para demarcar um limite físico de um Estado nação, mas não de uma cultura, ela está além do marco. Para estrangeiros, a primeira impressão é a que não há nada separando os dois países, como se as duas fossem uma cidade só. A rua principal uruguaia continua sendo a rua principal brasileira, mesmo deixando de ser “Sarandí” e passando a ser “Rua dos Andradas”. Nos bairros das cidades, há casos no qual a linha limite divide uma casa, tendo a casa dois endereços, um no Brasil e um no Uruguai. Na área rural, os marcos, objetos de demarcação, servem de referência de endereço: “moro na chácara do marco 578”.

A cartografia, com seus complexos mapas, resume este espaço numa linha precisamente demarcada, demonstrando com exatidão o contato entre dois Estados. No projeto de construção do Estado-nação nos moldes europeus deviam-se definir os limites do Estado, encerrando-o em um “sistema socialmente demarcado”, para assim poder controlar seus cidadãos e atingir o desejado “ordem e progresso” (FAULHABER, 2012).

As linhas não são imaginárias, elas são uma demarcação dos Estados; o imaginário é a construção de uma dimensão simbólica e cultural do que é uma fronteira. Estabeleceu-se uma fronteira física e material, através de um longo processo de demarcação, colaborando com a construção de um imaginário *fronteiriço*; devendo ter em conta esse processo histórico, para poder compreender o espaço em estudo. Não apenas os *fronteiriços* construíram o espaço e seu imaginário, mas também os agentes dos Estados, acarretando na série de “problemas de fronteira”: segurança, soberania, desenvolvimento econômico (FAULHABER, 2005).

As margens são as periferias dos Estados-nação, sendo o centro considerado o lugar de desenvolvimento, por consequência periferia consiste no afastamento do centro, restando à periferia a reputação de atrasada. Na maioria das vezes há conflito entre periferia e centro,

mesmo quando a periferia segue as indicações do centro. No caso em questão também se observa conflitos entre os pólos, o centro considera a fronteira como um atraso para o desenvolvimento (GINZBURG, 1989).

Algo bastante recorrente nesta região são as narrativas identitárias (FAULHABER, 2005), ativando um discurso de regionalismo. Apesar de falar em “região” no singular, é necessário deixar claro que, inclusive neste ponto, um lado da fronteira se diferencia do outro. Do lado brasileiro o regionalismo é bastante ativado, é positivo ser da fronteira, gaúcho gentílico e falar portunhol. Pertencer ao Rio Grande do Sul é símbolo de orgulho, e Santana do Livramento é vangloriada por ser a cidade natal de Paixão Cortês, criador do MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho). Antes de serem brasileiras/brasileiros, se é gaúcha/gaúcho (gentílico), passando pelo regional para chegar ao nacional. A região à qual me refiro é conhecida por ser o berço dos gaúchos campeiros, sujeitos conhecidos pela sua bravura requerida para lidar com as forças da natureza e com a cansativa vida campeira. Com uma história de inúmeras rebeliões, sempre demarcando fronteiras, vivendo com a natureza, rebelando-se contra o governo-central: colaborando com a imagem mítica do gaúcho gentílico que se projeta na atualidade através das práticas do MTG (OLIVEN, 1992).

Esse gaúcho (campeiro) sempre relacionado à vida campeira, seu corpo perfeitamente posicionado sobre um cavalo, com trajes específicos e alimentação baseada em carne e ervamate: o churrasco e chimarrão. Porém este gaúcho campeiro do século XVIII, escolhido para simbolizar a região, sofreu transformações ao longo do tempo, chegando ao conceito de gaúcho gentílico que é utilizado na atualidade. Suas características negativas foram recodificadas, passando de ladrão para herói, de sujeito rude do campo para habitante moderno e cidadão. O sujeito é retirado do seu habitat natural: o campo, e recolocado em galpões localizados nas cidades; lugar onde é ensinado a ser gaúcho. O portunhol, nas áreas de fronteira, é mais uma ferramenta do ser gaúcho, sendo assim, não é visto como negativo, o dialeto é sempre ativado para contar narrativas, os *causos* (LEAL, 1989; OLIVEN, 1992; HARTMANN, 2012).

A partir de estudos sobre fronteiras da cultura, Claudia Fonseca (1993) demonstra a importância do estudo de regionalismo para colaborar com a percepção da realidade política e econômica do mundo moderno. As narrativas da região apresentam mais do que os seus respectivos Estados-Nação, exibem o eixo entre os dois Estados: culturas de fronteira. Do lado uruguaio esse regionalismo positivo não se faz tão presente, não se levanta uma bandeira pela fronteira e nem pelo portunhol. Apesar de existir alguns poetas *fronteirizos* (Agustín Bisio, Olinto Maria Simões, Chito de Mello, Ernesto Dias, Fabian Severo, etc.) que têm como

tema a região, sua gente e suas paisagens, continua sendo negativo ser do “interior” e também da fronteira. Portanto, no Uruguai as identidades regionais são subordinadas à identidade nacional, não podendo se manifestar de um modo tão acentuado tal como se verifica no Rio Grande do Sul. Desse modo, é “antinacional” falar portunhol em Rivera, e o sistema educativo luta contra o portunhol, reforçando o espanhol (QUADRELLI, 2002).

O portunhol entra como um idioma de contato, resultado da situação histórica da fronteira. As disputas de terra provocaram a transformação de brasileiros para uruguaios, estes moravam em território brasileiro, e logo após as demarcações do século XIX suas terras se tornam pertencentes ao território uruguaio. Sendo assim, estas pessoas começam a aprender o espanhol, com base linguística a língua portuguesa, ocasionando os famosos DPU (Dialectos Portugueses en el Uruguay) (MOZZILLO apud QUADRELLI, 2002). A criação de uma cidade uruguaia naquela região, intitulada Villa Ceballos, somada ao repovoamento por uruguaios e à implantação de escolas com a obrigatoriedade da língua espanhola tinham como objetivo a uniformidade nacional, sendo a língua um agente fundamental.

Segundo Behares (1984) esta região configura um contínuo sociocultural, possuidora de traços que não são pertencentes nem ao Uruguai, nem ao Brasil: um lugar plástico, com personagens com identidades plásticas (CABRAL, 1993). Se existe algum problema neste modo de ser, é ser considerada pelo Estado e logo pelos seus usuários como uma língua inferior; tendo que conviver com o bilinguismo, se colocando como aprendizes do espanhol (no caso dos uruguaios) e do português (no caso dos brasileiros) como segundo idioma. As escolas se tornam o espaço de imersão do idioma oficial dos respectivos países. A casa com seu ambiente familiar abraça o portunhol, considerado um idioma do afeto. Na rua, nos espaços públicos, onde o Estado não consegue alcançar numa totalidade seu objetivo de controle social (DA MATTA, 1997), constitui-se uma condição de diglossia. O portunhol acaba tornando os seus falantes em estrangeiros do seu próprio país, separando-os dos seus países, mas unindo-os como lugar.

O portunhol torna-se um idioma desprestigiado, diretamente relacionado a pouca formação institucional e classe social baixa, ocasionando uma real discriminação linguística. A proibição do seu uso é recorrente, mesmo sendo um idioma ativado por praticamente todos os cidadãos em algum momento da sua vida. Os *fronteiriços* classificam os seus conterrâneos em classes sociais a partir do idioma utilizado, permitindo e negando o acesso a determinados ambientes.

A educação tornou-se um grande problema na fronteira, sendo as escolas o primeiro lugar de classificação e discriminação. A fala de uma interlocutora, diretora de uma escola

rural pública de Rivera, demonstra esta situação. Seus alunos, maioria oriundos da área rural, filhos de peões e caseiras de estâncias, falantes de portunhol, entram nas escolas sem se quer conhecer o espanhol. A dificuldade em alfabetizá-las é enorme, devido a que antes é necessário um processo de tradução do mundo delas para o espanhol. O espanhol torna-se um idioma intermediário para a alfabetização. Os professores não foram ensinados a cumprir o papel de tradutores culturais. O idioma torna-se um empecilho de comunicação entre alunos e professores, sendo que um não entende o outro. Ela me relatou uma situação em que estava alfabetizando alunos da primeira série, ao falar uma palavra, um aluno pergunta se ela inicia com “o” de urso, sendo que urso em espanhol é “oso”. A criança traduziu as palavras, e continua utilizando as duas, pensando seu mundo em portunhol, e escrevendo em espanhol. Esta situação não é considerada como uma capacidade adquirida e benéfica, mas como demonstrando que ainda há algo a ser superado: o portunhol. O aprendizado e socialização em outro idioma comprometem o desenvolvimento psicossocial e intelectual, resultando em uma inadaptação cultural (FALHAUBER, 2001).

Etnografia com as famílias fronteiriças

Os relatos que consegui nas etnografias com as famílias demonstram como os *fronteiriços* vivem a fronteira na sua totalidade, convivem com o "outro" em inúmeras situações: emprego, casamento, comércio, lazer, religião, etc. Na fronteira, o morar de um lado ou do outro, como afirmado por Marcela (interlocutora), não há diferença, fica-se onde no momento seja melhor de se morar, portanto a fronteira de Estado não delimita um espaço para seus habitantes, mas abre um leque de possíveis moradias e acessando tais moradias certos benefícios do Estado lhes são direitos e mais fáceis de aceitar. Lembrando o fato de ter mais de um endereço, não no cotidiano, as famílias continuam morando de um lado ou do outro, mas elas têm algum conhecido/parente do lado contrário de onde moram que lhes oferecem seu endereço para facilitar o acesso a benefícios do outro governo. Apesar do governo estar cada vez mais implantando instrumentos de controle social, observa-se como neste caso eles são falhos.

Habita-se um lado ou outro conforme as necessidades; se o sistema de saúde é melhor do lado uruguaio, são feitos os documentos necessários para ser atendidos no hospital uruguaio. Se a creche é melhor do lado brasileiro, coloca-se as crianças nas creches brasileiras. Se a escola é melhor no Uruguai, as crianças estudam no Uruguai, e se são moradoras do lado brasileiro, algum parente que more no Uruguai vai emprestar seu endereço para poder realizar a inscrição da criança na escola.

Se o ensino superior é melhor no Brasil, existem diversos modos de conseguir concorrer a uma vaga numa universidade brasileira. A URCAMP-RS (Universidade da Região da Campanha) disponibiliza vagas para uruguaios, além de financiamento e descontos. A UNIPAMPA (Universidade do Pampa) criou um vestibular para uruguaios da fronteira. O IFSul (Instituto Federal do Sul) tem um convênio com a UTU (Universidad Técnica del Uruguay) criando cursos binacionais.

É habitual ir ao cartório fazer o registro de nascimento com a criança já grande, adolescente e às vezes até adulto, alegando ter nascido na campanha e não ter precisado de documentos até hoje. Apesar de ser uma prática ilegal, é culturalmente aceita e compartilhada. O Estado torna-se criador dessas informalidades que unem as famílias da fronteira, o Brasil e o Uruguai reduzem-se a “cá” e “lá”, devido à distância praticamente inexistente entre um país e outro (QUADRELLI, 2002). Essas informalidades podem ser denominadas de “estados de exceção” são práticas que alteram o âmbito político, desenvolvendo um espaço ínfimo entre o legal e ilegal (AGAMBEN *apud* TELLES, 2010). Essas circunstâncias revelam a presença do Estado na vida dos *fronteiriços* (TELLES, 2010).

“Aqui na frontera é quase a mesma cosa, se não fizessem a gente se acorda que tem duas cosa, a gente não se acorda, não faz caso para essas cosa.⁵” Luciana me recita mil motivos de porque ser esta “una cosa só”: a rede globo, o portunhol, o comércio, a gente, a paisagem; e não ter algo material, físico que demarque a existência de uma fronteira.

Podemos observar como são entendidas estas ações informais a partir da interpretação de Vigiar e Punir (Michel Foucault) feita por Michel de Certeau (CERTEAU, 1998, P.41):

Em Vigiar e Punir, Michel Foucault substitui a análise dos aparelhos que exercem o poder (isto é, das instituições localizáveis, expansionistas, repressivas e legais) pela dos “dispositivos” que “vampirizaram” as instituições e reorganizaram clandestinamente o funcionamento do poder: procedimentos técnicos “minúsculos”, atuando sobre e com os detalhes, redistribuíram o espaço para transformá-lo no operador de uma “vigilância” generalizada. Problemática bem nova. No entanto mais uma vez, esta “microfísica do poder” privilegia o aparelho produtor (da disciplina), ainda que, na “educação”, ela ponha em evidência o sistema de uma “repressão” e mostre como, por trás dos bastidores, tecnologias mudas determinam ou curto-circuitam as encenações institucionais. Se é verdade que por toda parte se estende e se precisa a rede da “vigilância”, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida, do lado

⁵ "Aqui a fronteira é quase a mesma coisa (cidade), se não nos lembrassem de que são duas coisas (duas cidades), nós não nos lembraríamos, não nos importamos com isso"

dos consumidores (ou dominados?) dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política.

Os *fronteiriços* se reapropriam da fronteira (como um espaço determinado) num sentido funcional, a partir de táticas do cotidiano que acabam por permitir o acesso a benefícios e oportunidades (compondo uma rede de antidisciplina se conseguíssemos aplicar as teorias de Foucault) (CERTEAU, 1998). Considerando, no caso dos *fronteiriços*, a obtenção de aposentadorias tanto brasileira como uruguaia, adquirindo assim, uma renda mais alta. Alguns interlocutores manifestavam receio em solicitar aposentadoria do outro país, estes eram considerados pelos seus familiares como “bobos” por estarem perdendo a oportunidade. Outros me explicaram o processo para solicitar o benefício, considerando-o menos burocrático no Uruguai, porém o brasileiro ser mais vantajoso, uma vez que o valor monetário é superior. Desse modo, é possível perceber os sentidos atribuídos à fronteira pelos seus moradores, não sendo esta apenas uma dualidade (Brasil e Uruguai) mas também um lugar construído por valores que determinam o seu modo de viver (CERTEAU, 1998), considerando o benefício mais um motivo para a aquisição de uma nova identidade (QUADRELLI, 2002).

Apesar de se constituírem como informalidades que se desenvolvem escondidas do sistema normativo oficial, estas seguem regras próprias, não organizadas por uma instituição, mas pelos seus usuários, ou seja, há uma “maneira de se fazer” (CERTEAU, 1998).

Estas pessoas não se consideram nem brasileiras, nem uruguaias, mas *fronteiriças*, apesar de inúmeras vezes as identidades brasileiras ou uruguaias serem ativadas. A diferença é que estas pessoas podem ativar a identidade que se sentirem confortáveis, ou a que mais lhes convêm em certo momento, sem perder a identidade anterior, e tendo a possibilidade de mudar novamente. Os *fronteiriços* possuem o poder de decidir sua identidade, independente do lugar em que nasceram (CABRAL, 1993; QUADRELLI, 2002). “Não são as regras do Estado que definem a nacionalidade da sua população, são os atores *fronteiriços* os que resolvem ou escolhem a sua nacionalidade, segundo as suas próprias regras” (QUADRELLI, 2002).

Os Documentos separam

Documentos são o modo de se tornar cidadão, as pessoas são obrigadas por lei a ter seus registros oficiais, proporcionando direitos e deveres. Os documentos são considerados uma forma de controle político-burocrático. A cada pessoa se lhe atribui uma identidade (no caso dos *fronteiriços*, duas identidades e até três identidades: brasileira, uruguaia e *fronteiriça*), ela funciona como a construção da pessoa (DA MATTA, 1997).

Os habitantes de uma nação-estado devem possuir documentos e assim se tornarem cidadãos, tornando-os iguais e conferindo-lhes direitos de participar na comunidade. Considerando cidadania como uma construção (*state-formation* e *nation building*) seguem modelos com fortes conotações de individualidade (Dumont) e universalismo (Mauss) (PEIRANO, 1986).

Em geral, documentos são papéis que atribuem direitos e deveres, símbolos de uma identidade cívica. Apenas pessoas que habitam o território nacional, ou são filhas de cidadãos, entre outros requisitos, podem ter esses documentos. Na fronteira, quando não se preenche os requisitos, procura-se por modos de resolver e conseguir acesso a tais papéis; esse seria um modo “deslegitimado” perante a lei.

O que são afinal “documentos”: para os meus interlocutores, os documentos figuram a possibilidade de maiores benefícios, exemplificado por minha própria experiência, de ter estudado sempre no Uruguai, mas estar cursando uma graduação no Brasil. Para Ramon, de poder fazer seus exames para o coração pelo sistema público de saúde do Uruguai, mas ter sua aposentadoria no Brasil. Para Elisa, de mesmo sendo brasileira, poder ter acessado a defensoria pública do Uruguai para conseguir a guarda da sua filha uruguaia de seis anos. Para *Doña* Estela, de morar no Uruguai e ter um carro brasileiro. Para *Doña* Bernarda e Seu Nercy de terem morado sempre no Brasil, mas seus filhos terem estudado em escolas públicas do Uruguai. Para Maria, poder militar pela esquerda, tanto no Uruguai como no Brasil.

O Estado é constituído para promover o desenvolvimento, mas se tornou produtor de informalidades. A centralidade do Estado é apenas um conceito, não sendo reproduzido fielmente no cotidiano. Percebendo a descentralidade do estado pode-se deixar de estudá-lo apenas a partir de suas contradições, para passar a compreender as dinâmicas ilegais dos cidadãos. Ao adotar o método etnográfico, a análise das dinâmicas informais e ilegais, percebidas no cotidiano dos cidadãos, invisíveis ao Estado -fronteiras internacionais tornam mais explícitas estas situações- antropólogas e antropólogos percebem o cotidiano como seu precioso objeto de pesquisa. Apesar deste não ser objeto de estudo de antropólogos, acredita-se que nossa produção desmascare a centralidade do Estado, para deixar de compreendê-lo como uma entidade distante e superior, e percebê-lo como constituído por cidadãos, entre eles antropólogos (CABRAL, 1993).

As situações tornam-se inusitadas dado que deveriam ser evitadas (QUADRELLI, 2002), por serem resultado de ações ilegais que burlam o sistema normativo e ultrapassam os limites do Estado. O espaço é o proporcionador dessas práticas ilegais, permitindo nascer em

um país e se registrar em outro, ter parentes das duas nacionalidades, filhos de nacionalidades distintas, morar em um país e trabalhar em outro.

Sendo objeto de pesquisa a região da fronteira, desafiadora de qualquer noção sobre estática de identidade e de cultura, se deve considerar não apenas a mistura cultural acarretada pelo intenso contato mas também suas alianças e conflitos sociais e políticos (HARTMANN, 2002).

A fronteira, vista não como um limite, mas como um *fronteiriço* vive a fronteira: como um lugar com limites abertos, proporcionador de oportunidades, criadora de situações que permitem o desenvolvimento de dinâmicas que atrapalham a ordem do Estado, desestruturadora de normas, ativando a necessidade por parte do Estado de implantar as mais diversas políticas para tornar aquele lugar uma dualidade, um Brasil e um Uruguai, cada vez mais uma das nações e menos aquela fronteira como ela é, "estabelecendo o que faz e o que não faz parte da nação" (OLIVEN, 1992, p.15). Leis que chegam de fora e não fazem o menor sentido para as pessoas daquele lugar, há uma diferença entre quem são as pessoas daquele lugar, e quem os Estados querem que elas sejam. Ressaltam a diferença e remarcam um limite que não existe. Ele está presente, é compartilhado, mas ele é apenas um discurso oficial. Não é um discurso ativado para o cotidiano, já que o ir e vir não estão demarcados pela passagem por alguma coisa. Como demarcar essa diferença existente, mas vivenciada não pela diferença, mas por alguma coisa que é compartilhada: *é o modo de viver? Os benefícios? É a dinâmica de se desenvolver apesar do Estado? É o lugar a coisa em comum entre aquelas pessoas? Pensar a partir do lugar ou das pessoas?* Aquelas pessoas já chegaram ali com aquele espaço dividido em dois lados, fronteira foi sempre algo existente.

Não são apenas as pessoas as criadoras dessa situação, mas também o lugar e os Estados nações; percebo o Estado como o agente menos ativo, apesar de ter uma estrutura oficial maior, com instrumentos de manipulação e ordenamento, vejo ele como o agente mais insuficiente, não conseguindo "se fazer ouvir". Percebendo esses instrumentos serem moldados pela dinâmica que ocorre naquele espaço, como é o caso dos registros de nascimentos, há crianças nascendo dos dois lados ao mesmo tempo, uma criança oficialmente brasileira e oficialmente uruguaia. O registro civil sabe dessa realidade e não condena como uma ilegalidade, ela passou a ser parte da dinâmica.

A identidade é construída a partir de relações sociais, dadas em um espaço geográfico que permite relações sociais extra limites de Estado, contribuindo com valores culturais e normativos. Nesta fronteira demarca-se a diferença de Estado, mas não cultural. Há uma cultura compartilhada pelas pessoas dos dois lados, porém a diferença demarcada, como

sempre há em regiões de fronteira são os sistemas normativos. Portanto, nas fronteiras demonstra-se a diferença de nações, e oficialmente o compartilhamento cultural é ignorado, considerada uma situação a ser resolvida (QUADRELLI, 2002).

Outro ponto a ser estudado é como ressaltado por Wilson e Donnan (apud QUADRELLI, 2002) “o poder em e entre nações e Estados”. Em regiões de fronteira, o poder é incrementado ou enfraquecido, são áreas estratégicas para a redefinição das relações entre Estados, além de colocar em cheque também nacionalidades e identidades. Para o Estado, fronteiras são sempre vistas como um problema, algo que merece muita atenção, por serem reconhecidos como um lugar onde não se cumprem as leis. Apresentam-se tanto como agentes do Estado estando à frente do país, representando-o a outro país; como também é uma possível fonte de poder, ademais de serem exemplos de internacionalização, supranacionalização e globalização. O uso de prefixos como “supra” é uma tentativa de vocabulário para o estudo desse modelo de grupos, os quais superam os limites da nação, e assim são estudados.

A educação torna-se um agente que colabora com a separação dos Estados, apoiando à resistência cultural. Cada Estado ensina a sua cultura, o seu modo de ser cidadão, contrapondo-se à realidade dos habitantes da fronteira. Nas escolas aprendem uma cultura estrangeira, que é como aprender uma língua estrangeira, como proposto por Malinowski ao tratar de tradução cultural.

O estar entre

É nos “entre-lugares” onde pode ser observado a criação de estratégias de subjetivação criando novas identidades. O ir e vir que as fronteiras permitem fazem com que não seja possível o estabelecimento de identidades que se oponham. Habitar o além é estar entre, um espaço de intervenção no aqui e no agora (BHABHA, 1998).

Ao cruzar uma fronteira de um país para outro, o sujeito torna-se um estrangeiro no novo território, mas como venho afirmando, essa fronteira não é uma linha real. Os *fronteiriços* atravessam essa linha imaginária e não se tornam estrangeiros no outro país, acharam brechas para se tornarem cidadãos, são reincorporado a um novo Estado-nação. Essas pessoas possuem uma identidade e em algumas situações assumem uma nova, sem abandonar a anterior, criando um eterno estado de liminaridade. A fronteira se torna um espaço de auto-imagem, autoidentificação. Há um entrecruzamento entre os planos sociais e individuais, com a intervenção dos estados, modificados pelo modo de viver das pessoas do território em questão. A fronteira deve ser sempre considerada como um espaço peculiar de

desenvolvimento de conflitos e tensões, por conseguinte de negociações e contatos para resolver as tensões.

Considerações finais

Como antropóloga em formação e nativa da minha pesquisa, me proponho a continuar pensando em que antropologia estamos fazendo. Quanto nós como as novas gerações de antropólogas e antropólogos temos a contribuir? A bricolagem realizada com a história da disciplina, reatualizando os "clássicos" em etnografias atuais é o espaço e meio para a transformação da/na antropologia, não podemos esquecer que a velha, porém não solucionada questão "antropologia para que(m)?" continua inquietando todas as gerações de antropólogos e antropólogas. Os "objetos" de estudo e os/as pesquisadores/as se transformaram e são inúmeras as teorias surgindo que se esforçam em abranger toda essa totalidade (STRATHERN, 2004).

Como proposta: a minha pesquisa e eu como pesquisadora nativa possamos vir a desestruturar paradigmas pensando a antropologia como disciplina em todos os momentos. Portanto, está pesquisa não tem seu ponto final aqui, ainda há muita fronteira para se contar, "entonces, hasta luego"...

Referências Bibliográficas

- AZAISS, Christian; KESSLER, Gabriel; TELLES, Vera da Silva. *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. 328 p.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. 395 p.
- BEHARES, Luiz Ernesto. **Diglosia en la sociedad escolar de la frontera uruguayana con Brasil**: matriz social del Bilingüismo. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 6: 228-234, 1984.
- BOTH, Elizabeth. **Família e Rede Social**. Rio de Janeiro: Francisco Aleves, 1976. 294 p.
- CABRAL, João de Pina; LOURENÇO, Nelson. **Em terra de Tufões**: dinâmicas da etnicidade macaense. Instituto Cultural de Macau, 1993. 259 p.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. **O Trabalho do Antropólogo**: Olhar, Ouvir, Escrever. São Paulo: Revista do Arquivo Nacional, v.39, 1996. P.13-37
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998. 352 p.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 350 p.
- FAULHABER, Priscila. **Hierarquias e fronteiras em um compêndio sobre os índios do Amazonas**. In: FAULHABER, P, DOMINGUES, H.M.B, BORGES, L.C. (Org.). *Ciências e Fronteiras*. 1ed.Rio de Janeiro: MAST, 2012, v. 1, p. 63-75.
- _____. **Identities contestadas e deslocamentos Miranha na fronteira Brasil-Colômbia**. In: Roberto Cardoso de Oliveira; Stephen Baines. (Org.) *Nacionalidade e Etnicidade em Fronteiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005, v. , p. -.
- _____. **A Fronteira na Antropologia Social**: As diferentes Faces de um Problema. *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Bauru, v. 51, p. 105-126, 2001.
- FONSECA, Claudia. **Fronteiras da Cultura**: Horizontes e territórios da antropologia na América Latina. UFRGS: Porto Alegre, 1993.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323 p. GINZBURG, Carlo. **A micro-história** e outros ensaios. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. 244 p.
- HARTMANN, Luciana. **Não sendo mentira, são sempre verdade**: aprendizagem e transmissão da mentira entre contadores de causos. *Ilha. Revista de Antropologia (Florianópolis)*, v. 13, p. 139-162, 2012.

- _____. **Identidade, Ambigüidade, Conflito:** performances narrativas como estratégia de análise da cultura de fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai. Revista de Investigaciones Folclóricas, Buenos Aires, v. 17, p. 114-122, 2002.
- LEACH, Edmund Ronald. **Sistemas Políticos da Alta Birmânia.** Um estudo da estrutura social Kachin. São Paulo: EDUSP, 1996.
- LEAL, Ondina Fachel. **The Gauchos: male culture e identity.** Tese de doutorado (Phd em Antropologia) – University of California, Berkeley, 1989.
- LOTIERZO, Tatiana; HIRANO, Luis Felipe Kojima. **Apresentação:** a escrita antropológica e seus vários contextos. In: STRATHERN, Marilyn. **Fora de contexto:** as ficções persuasivas da antropologia._____: Terceiro Nome, 2013. 160 p.
- OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo:** a diversidade cultural no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1992. 143 p.
- PEIRANO, Mariza. **O paradoxo dos documentos de identidade:** relato de uma experiência nos Estados Unidos. Horizontes Antropológicos (Porto Alegre), ano 15, n.32, p. 53-80, 2009
- _____. **Estado, Cidadania e Movimentos Sociais.** Sociedade e Estado: UnB (Brasília), 1986 p. 49-64.
- QUADRELLI, Andrea. **A fronteira inevitável:** um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica. Tese de doutorado (Programa de pós-graduação em antropologia social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- SCHNEIDER, Maurício Dias. **Entre a agroecologia e a fomicultura: uma etnografia sobre trabalho na terra, cosmologias e pertencimentos entre camponeses pomeranos.** Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.
- STRATHERN, Marilyn. **Fora de contexto:** as ficções persuasivas da antropologia._____: Terceiro Nome, 2013. 160 p.
- _____. **O efeito etnográfico e o outros ensaios.** São Paulo: Cosacnaify, 2004. 576 p.
- VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem.** 2. ed., Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2011.